

**Revista dos Estudantes de Direito da
Universidade de Brasília**

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito

Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília

ISSN: 1981-9684
ISSN 2177-6458 (eletrônico)

Décima Segunda Edição
Segundo Semestre de 2016

Editoração e Revisão

Conselho Diretor

Capa

Eduardo Varela

Diagramação

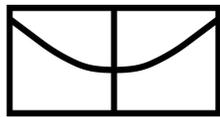
Eduardo Varela

Revisão linguística

Eli Carlos Guimarães

Letícia Figueiredo

Apoio:



UnB



Centro Acadêmico de Direito da UnB

34(05)	<p>Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília / Universidade de Brasília. – n. 12 (2016) – Brasília: RED UnB, 1997-</p> <p>Semestral</p> <p>ISSN 1981-9684 (impresso) ISSN 2177-6458 (eletrônico)</p> <p>1. Direito – Periódicos. I. Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília.</p>
--------	--

CONSELHO DIRETOR

A Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília é editada por alunos de graduação em Direito da UnB. O Conselho responsável por esta edição foi composto pelos seguintes membros:

Gabriel Campos Soares da Fonseca

João Gabriel Costa dos Santos

Luís Carlos Moura Guimarães

Pedro Henrique Fachini Lustosa da Costa

Valter Pedroso Vitelli

Vítor Rabelo Naegele

CONSELHO CONSULTIVO

A publicação de artigos na Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília é condicionada à aprovação do Conselho Consultivo, que emite parecer sobre cada trabalho recebido. Nesta edição, o Conselho Consultivo foi integrado pelos seguintes membros:

**Diretor do Conselho Consultivo: Thiago Luís Santos Sombra -
Universidade de Brasília**

Professor de Direito Privado e Doutorando na Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Direito Privado pela PUC-SP, Pós-Graduado pela Univerisità degli Studi di Camerino (Itália), Pesquisador Visitante da London School of Economics and Political Science. Foi Procurador do Estado de São Paulo. Advogado. Autor de livros e artigos, revisor de periódicos e consultor de agências de fomento à pesquisa.

Alberto de Medeiros - Universidade de Brasília

Professor Voluntário pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Advogado na área de Direito Tributário.

Alexandre Araújo Costa - Universidade de Brasília

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Credenciado nos programas de pós-graduação em Ciência Política e em Direito. Doutor em Direito (2008), Mestre em Direito e Estado (1999) e Bacharel em Direito (1996) pela UnB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e Direito.

Ana de Oliveira Frazão - Universidade de Brasília

Professora Adjunta de Direito Civil e Comercial da Universidade de Brasília (UnB), com atuação na Graduação e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado). Advogada. Ex-Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (2012-2015). Ex-Diretora da Faculdade de Direito da UnB. Graduada em Direito pela UnB, Especialista em Direito Econômico e Empresarial pela FGV,

Mestre em Direito e Estado pela UnB e Doutora em Direito Comercial pela PUC-SP. Autora de livros e artigos jurídicos sobre Direito Civil, Direito Comercial e Direito Econômico. Dentre os prêmios já recebidos, destaca-se o de Jovem Comercialista do Ano, concedido pelo IDSA - Instituto de Direito Societário Aplicado em 2015.

Camila Cardoso de Mello Prando - Universidade de Brasília

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003), doutorado em Direito Penal pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012), tendo realizado estágio doutoral (2010) no Departamento de História e Teoria do Direito da Università degli Studi di Firenze (UNIFI). Atualmente é professora adjunta de Criminologia e Direito penal dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, coordena o Centro de Estudos de Desigualdade e Discriminação (CEDD) e a Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT). Realiza pesquisa com foco em Criminologia, História do Direito e do Controle Penal no Brasil e Dogmática Penal Crítica.

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto - Universidade de Brasília

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Concluiu estágio pós-doutoral em Historiografia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder dos Grupos de Pesquisa Percursos, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo e Direito e História: políticas de memória e justiça de transição. Procurador Regional do Trabalho (MPT/MPU). Conselheiro da Comissão de Anistia (Ministério da Justiça).

Francisco Javier Ansuátegui Roig - Universidad Carlos III de Madrid, España

Es Licenciado en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid y Doctor en Derecho (Premio Extraordinario) por la Universidad

Carlos III de Madrid. Ha sido Profesor Titular en la Universidad Carlos III de Madrid (1995-2003), y Catedrático en la Universidad de Jaén (2003-2006). Es Catedrático de Filosofía del Derecho de la Universidad Carlos III de Madrid desde diciembre de 2006. En los últimos años ha impartido docencia en diversas asignaturas de Licenciatura, Grado y Postgrado: Teoría del Derecho, Filosofía del Derecho, Argumentación jurídica y Derechos Fundamentales, Teoría jurídica de los derechos, Historia de los derechos, y Bioética y derechos fundamentales.

Gabriela Neves Delgado - Universidade de Brasília

Professora Associada de Direito do Trabalho dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania" (UnB-CNPq). Vice-Diretora da Faculdade de Direito da UnB. Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Direito do Trabalho pela PUC-MG. Advogada.

Gustavo Albano Abreu - Universidad Austral, Argentina

Profesor de Derecho del Deporte, Universidad Austral, Argentina.

João Costa Neto - Universidade de Brasília

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Doutor e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Doutorando em Direito Constitucional pela Humboldt Universität zu Berlin. Mestre em Direito Romano pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Filosofia pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Procurador Da República.

Juliano Zaiden Benvindo - Universidade de Brasília

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília e Professor Adjunto III da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) na área de Direito Público, com foco em Direito Constitucional. Doutor em Direito Público pela Humboldt-Universität zu Berlin e pela Universidade de Brasília.

Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Realizou Estágio Pós-Doutoral no Zentrum für Europäische Rechtspolitik (ZERP), da Universität Bremen, Alemanha.

Lilian Barros de Oliveira Almeida - Universidade de Brasília

Advogada da União, atualmente em exercício na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, tendo já ocupado o cargo de Adjunta do Advogado-Geral da União. Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal. Mestre em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi professora substituta da área de Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Marcelo da Costa Pinto Neves - Universidade de Brasília

Bacharel (1980) e Mestre (1986) em Direito pela Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade de Bremen, com bolsa do DAAD (1991). Pós-Doutorado na Faculdade de Ciência Jurídica da Universidade de Frankfurt (1996-1998) e no Departamento de Direito da London School of Economics and Political Science (10-11.2007), com bolsa da Fundação Alexander von Humboldt. Livre-Docência pela Faculdade de Direito da Universidade de Fribourg na Suíça (2000). Professor da Faculdade de Direito do Recife da UFPE (1983-2002), Professor Titular de 1993-2002. Visiting Fellow do Instituto de Federalismo da Universidade de Fribourg, Suíça (1998-2000). Bolsista-Pesquisador da Fundação Alexander von Humboldt no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Frankfurt am Main, Alemanha (2000). Jean Monnet Fellow no Departamento de Direito do Instituto Universitário Europeu, em Florença, Itália (2000-2001). Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Fribourg, Suíça (2001). Professor Catedrático Substituto da Universidade de Frankfurt am Main, Alemanha (2001-2002). Professor Visitante na Universidade de Flensburg, Alemanha (2002-2003). Professor Titular de Direito Público da Universidade de

Brasília (UnB) desde 19 de julho de 2011. Editor-chefe da Revista Direito UnB (2013-). Visiting Senior Research Fellow da Fundação de Pesquisa Adam Smith da Universidade de Glasgow, Escócia (01-04 e 06-07/2014).

Marco Florêncio Filho - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra. Presidente da Comissão de Direito Penal Econômico da OAB/SP. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador Geral e Professor do Mestrado em Direito da Escola Paulista de Direito. Membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO. Conselheiro da Academia Brasileira de Direito Tributário. Membro e Coordenador Estadual de São Paulo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Advogado.

Menelick de Carvalho Netto - Universidade de Brasília

Concluiu o doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1990. É Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB). Atua na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Teoria do Direito.

Rafael Campos Soares da Fonseca - Universidade de Brasília

Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado pela UnB. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Membro do Conselho Editorial da Revista dos Estudantes de Direito da UnB. Especialista em Direito Tributário e Direito Financeiro.

Roberto Carvalho Veloso - Universidade Federal do Maranhão

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente Professor e Pesquisador da UniCEUMA. Juiz Federal no Maranhão. Presidente da Associação dos Juizes Federais

do Brasil - AJUFE. Ex-Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região. Membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o novo Código Eleitoral. Membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

Rosa Greaves - University of Glasgow, Scotland

Rosa Greaves joined the School of Law at the University of Glasgow in 2006 and was Head of School from 2009 to 2013. Rosa is a Professor II at the University of Oslo and a Visiting Professor at the Catholic University of Lisbon. She has been a Visiting Professor at Universities in Australia, US and Europe. She is Barrister and member of Inner Temple (London). In 2000 she was awarded a *Doctores Juris Honoris Causa* conferred by the University of Oslo and in 2015 she was elected to membership of the *Academia Europaea*. Rosa specialises in European commercial law in both her research and teaching interests.

Tania Groppi - Università di Siena, Italia

Professore ordinario di Istituzioni di diritto pubblico nell'Università di Siena (dal marzo 2001). Delegato del Rettore dell'Università di Siena (prof. Angelo Riccaboni) per il progetto di Ateneo sulla sostenibilità (dal 15 dicembre 2010, biennio 2010-2012, quindi biennio 2012-2014 e biennio 2014-16). Componente del collegio dei docenti del Dottorato di ricerca in Scienze giuridiche delle Università di Siena e di Foggia. Membro fondatore del Gruppo di ricerca in Diritto costituzionale comparato ed europeo dell'Università di Siena (DIPEC) e coordinatore del medesimo Gruppo. Membro dell'Associazione italiana dei costituzionalisti, dell'Associazione italiana di diritto pubblico comparato ed europeo, dell'Associazione italiana di studi canadesi, dell'International Association of Constitutional Law, del "gruppo di Pisa" sulla giustizia costituzionale, socio dell'ISLE (Istituto per la documentazione e gli studi legislativi).

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto - Universidade de Brasília

Professor Assistente da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1993), mestrado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2002) e

doutorado em Direito do Estado também pela Universidade de São Paulo (2015). Exerce os cargos de Subprocurador-Geral do Distrito Federal - Procuradoria Geral do Distrito Federal e Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Advogado.

Tatiana Azambuja Ujacow - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Professora da Faculdade de Direito da UFMS. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Interpretação Constitucional na Universitat de Girona, Espanha.

Thiago Matsushita - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP. Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da PUC/SP. Vice-Coordenador da Graduação em Direito da PUC/SP. Assessor da Pró-Reitoria de Pós-graduação da PUC/SP. Membro Titular do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES/MEC. Consultor Acadêmico e Jurídico.

AGRADECIMENTOS

O Conselho Diretor da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília (RED|UnB) gostaria de tornar público seus mais sinceros agradecimentos às pessoas cuja colaboração foi imprescindível para o lançamento da 12ª Edição.

Augusto Cláudio Ferreira Guterres Soares - Advogado da Caixa Econômica Federal (CEF)

Bruno Carvalho Pires Leal - Assessor de Desembargador no TJ/MA

Eli Carlos Guimarães - Professor e Empresário

Eustáquio Nunes Silveira - Desembargador Federal TRF 1a Região (aposentado) e Advogado no Escritório Silveira, Ribeiro Advogados Associados

Gabriel Soares Amorim de Sousa - Advogado do Escritório Amorim & Amorim Advogados

Geovanne Soares Amorim de Sousa - Advogado do Viana & Amorim Advogados

Jayme Benjamin Sampaio Santiago - Consultor Legislativo do Senado Federal e Advogado

Karen Magalhães da Silva - Assessora do Ministro da Agricultura e ex--aluna da FD-UnB

Leonardo Campos Soares da Fonseca - Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul e ex-aluno da FD-UnB

Luiz Edson Fachin - Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Professor Doutor da UFPR

Rafael Campos Soares da Fonseca - Assessor de Ministro no STF e Mestre pela FD-UnB

Reynaldo Soares da Fonseca - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Professor da UFMA

Valter Vitelli - Advogado do Vitelli Advocacia

Vera Carla Nelson Cruz Silveira - Juíza Federal (aposentada) e Advogada no Escritório Silveira, Ribeiro Advogados Associados

SUMÁRIO

THE CIVIL LIABILITY OF A FOOTBALL PLAYER THAT WOUNDS AN OPPONENT AT A CRITICAL MOMENT OF THE GAME

Gustavo Albano Abreu: Profesor de Derecho del Deporte, Universidad Austral, Argentina

TRÊS CONCEPÇÕES DE POSITIVIDADE DO DIREITO: DECISÃO POLÍTICA, ALTERAÇÃO ESTRUTURAL E INCONSISTÊNCIA

Pythagoras Lopes de Carvalho Neto: Doutor e Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo. *Master of Laws (LL.M.)* pela Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. Advogado em São Paulo.

A ELOQUÊNCIA DE HARPÓCRATES: ENSAIO SOBRE O SILÊNCIO NO DIREITO BRASILEIRO

Rodrigo Fuziger: Bacharel, Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor universitário e advogado.

A CONSTITUIÇÃO DE CÁDIS ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Ariel Engel Pessa: Bacharel e Mestrando em Direito pela Universidade de São Paulo. Bolsista da CAPES/CNPq.

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (SOBRE O PRIVADO) E CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO – UMA INCOERÊNCIA PARADIGMÁTICA: CRÍTICA HERMENÊUTICA À TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO TRADICIONAL

Guilherme Gonçalves Alcântara: Pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal no Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente/SP. Professor assistente de Direito Administrativo no Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente/SP. Advogado.

INDIGNIDADE SUCESSÓRIA E DESERDAÇÃO: ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO PROJETO DE LEI Nº 867, DE 2011, NO ÂMBITO DA JURISPRUDÊNCIA DOS 27 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS

Ana Paula de Menezes Barros Correia Fonsêca: Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (10º período).

Helena da Cunha Martins: Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (10º período).

Karine Cysne Frota Adjafre: Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (10º período).

DOCUMENTO ELETRÔNICO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Guido Ferolla: Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Instituto de Direito Penal Econômico (IDPEE), em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Advogado. Sócio do Nélcio Machado Advogados.

José Paulo Micheletto Naves: Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - (Largo de São Francisco) em 2014. Mestrando em Direito Penal pela Universidade de São Paulo - (Largo de São Francisco). Advogado.

Nathália Cassola Zugaibe: Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo - (Largo de São Francisco) em 2014. Pós-graduanda em Processo Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Instituto de Direito Penal Econômico (IDPEE), em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Mestranda em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo - (Largo de São Francisco). Advogada.

APPLYING THE CONCEPT OF DECENT WORK TO CAMBODIA'S TEXTILE INDUSTRY: THE ILO'S ROLE IN ENSURING STATE COMPLIANCE TO INTERNATIONAL LABOR LAW

Danilo Barbosa Garrido Alves: Graduando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

A INTERPRETAÇÃO DADA À LEI DE DROGAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APLICAÇÃO E DOGMÁTICA EM PERSPECTIVA

Thales Cassiano Silva: Graduando do 7º semestre de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

NANOTECNOLOGIA, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: ESPAÇO PARA REGULAÇÃO

Janaína Vieira de Castro: Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (CEPEDISA), da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e Faculdade de Direito da USP parte da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Brasil, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e do Ministério da Saúde, no projeto de pesquisa sobre a regulação dos cursos de graduação na área da saúde, em parceria com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto: Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP. Mestranda em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP). Pesquisadora na Escola de Direito de São Paulo-FGV. Bolsista de Treinamento Técnico nível III da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

PERCURSOS E PERCALÇOS DOS PROJETOS E LEIS SOBRE CASAMENTO CIVIL NO BRASIL: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Paula Machado Ribeiro: Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Sarah Dam Freitas: Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Vinícius Carloni Cypriano: Graduando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

PUNITIVE DAMAGES NO DIREITO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO

Patricie Barricelli Zanon: Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito das Relações de Consumo pela Pontifícia Universidade Católica PUC-SP.

A ANÁLISE DO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DA REPERCUSSÃO GERAL NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS PELO STF, DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O WRIT OF CERTIORARI NORTE-AMERICANO

Arthur de Oliveira Calaça Costa: Graduando em Direito pelo Instituto Brasiliense De Direito Público (IDP).

Karen França de Oliveira: Graduanda em Direito pelo Instituto Brasiliense De Direito Público (IDP). Mestre e graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB).

DESDEMOCRATIZAÇÃO E NÃO FRUIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: A ATUAÇÃO DO JURISTA CONTEMPORÂNEO EM FACE DO GOVERNO À DISTÂNCIA DAS AGÊNCIAS DE RATING

Marcello Lavenère Machado Neto: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Pós-graduando em Direito Tributário pelo IBET.

JUDICIAL CREATIVITY, SEPARAÇÃO DE PODERES E O PROBLEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS (EXTRA)JURÍDICOS DO HC 126.962 À LUZ DO FEDERALISTA

Eloisa Yang: Graduanda do 6º semestre de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

João Pedro Viegas de Moraes Leme: Graduando do 6º semestre de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

UM ENSAIO SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Lia Rodrigues Fontoura: Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica do PIBIC.

Raissa Oliveira Carmo: Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora-geral da Revista de Direito dos Monitores da UFF.

Thomaz Muylaert de Carvalho Britto: Bacharelado em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica do PIBIC. Coordenador-geral da Revista de Direito dos Monitores da UFF.

JURISDIÇÃO, CONFRONTOS EPISTÊMICOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO-PROCESSUAL

Rafael da Escóssia Lima: Graduando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Teo Faggin Pastor: Graduando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

APRESENTAÇÃO

O Conselho Diretor da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília (RED|UnB), após árduo trabalho e muito empenho, tem a honra de trazer a público a 12ª Edição da Revista. Acreditamos na importância da pesquisa para engrandecer a UnB, por meio do fortalecimento desse importante pilar do tripé universitário. Esperamos, por meio da revitalização da Revista, criar um espaço para que os estudantes de Direito possam atestar suas produções acadêmicas concernentes à cultura jurídica, bem como ter um instrumento eficaz de confluência de discussões e atualizações da vivência universitária. Cientes da importância de nossos objetivos institucionais para a comunidade acadêmica da Faculdade de Direito (FD), trazemos de volta um projeto que não nos concerne apenas, mas abarca todos os discentes, docentes e demais juristas conscientes da frutuosidade de um instrumento como este.

A RED|UnB busca dispor um espaço que facilite a publicação de trabalhos discentes e possibilitar a ampliação do espaço para os grupos de pesquisa, proporcionando, assim, um local em que esses possam demonstrar suas produções atinentes aos debates realizados em seus encontros, bem como que os projetos de extensão possam demonstrar seus resultados. Além disso, visando uma forte integração no âmbito da pesquisa acadêmica em um cenário nacional e internacional, possibilitamos, também, o compartilhamento de trabalhos advindos de profissionais da área, professores, membros ou ex-membros das mais diversas Universidades, Faculdades e Centros Universitários.

Conscientes das dificuldades enfrentadas pelo discente ao defrontar-se com os primeiros contatos de produção de textos jurídicos, que, muitas vezes, distancia e impede aqueles que não possuem a experiência e a vivência com o vocabulário jurídico – o que se adquire apenas com a prática – nós, da RED|UnB, acreditamos no potencial dos estudantes e incentivamos as suas produções para que se possa sempre aprimorar conhecimentos e progredir. Para tanto, buscando trazer o aprimoramento da experiência jurídica, iremos, além da mera publicação, procurar promover palestras, cursos e aulas para complementar o projeto. Ademais, a vivência diária na Faculdade demonstra inúmeros exemplos de que uma revista dos estudantes viabiliza o crescimento de nossa instituição, revigorando nosso empenho e compromisso em consolidar esse importante projeto. A Revista possibilitará que o discente aprenda, na prática, a desenvolver a pesquisa.

ENTREVISTA

A Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília (RED|UnB) retoma suas atividades neste semestre e, para celebrar esse reinício de um periódico que traz consigo tanta história na Faculdade de Direito (FD) da UnB, trazemos um convidado que também carrega, nela, uma longa trajetória.

Na ânsia por selecionar alguém que pudesse abrilhantar e contribuir com essa edição tão importante para a RED|UnB, tornou-se necessário buscar esse docente que tem sua importância amplamente reconhecida no contexto da construção da memória institucional da nossa Casa. Para tanto, ninguém melhor do que alguém que há tempo frequenta a FD, passou por seus contratempos e realizou seu projeto de vida nela, trazendo uma identificação imediata com os integrantes dos dias de hoje.

Em 54 anos de história, o curso de Direito passou por uma série de dificuldades, reformulações e conquistas. Nesse âmbito, o nosso convidado foi inovador, crítico, irreverente e, conseqüentemente, muito contribuiu para a formação do que são, hoje, o curso e a Faculdade de Direito da UnB.

Portanto, na oportunidade em que retornamos nossas atividades, temos a honra de apresentar o entrevistado desta edição: **Mamede Said Maia Filho**. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, em 1985, concluiu seu mestrado, em 2002, na mesma instituição; além disso, possui o título de Doutor em Direito, Estado e Constituição, outorgado, também, pela UnB. Durante seu período na Faculdade, foi coordenador do Núcleo de Prática Jurídica entre 2005 e 2008. Possui vasta experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Ambiental, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Teoria da Legislação e Processo Legislativo, História do Constitucionalismo brasileiro, Direito à Memória, Administração Pública e Teoria Geral do Direito Ambiental. Mamede é, também, membro do grupo de pesquisa Percursos, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo (Diretório dos Grupos de Pesquisa - CNPq).

O entrevistado carrega, em seu vasto currículo, inúmeras experiências com o Direito, mas encontra pela frente mais um desafio, pois será o novo Diretor da FD. A RED|UnB teve a oportunidade de saber suas expectativas para essa nova empreitada, além de termos sido contemplados com um

pouco de seu brilhantismo. Destarte, convidamos o leitor a partilhar conosco os ensinamentos do Professor Mamede, que muito nos honrou ao aceitar o convite para esta entrevista.

RED|UnB: Professor Mamede, quase toda sua trajetória acadêmica foi traçada na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Como o senhor enxerga sua relação com a Faculdade em si, bem como com a própria Universidade, como um todo?

Prof. Mamede Said (MS): *A melhor maneira de me apresentar é falando do meu vínculo com a UnB. Eu comecei a cursar Direito na UFRJ, mas concluí a graduação na UnB, em 1985. Depois disso, fiz mestrado e doutorado aqui também. Uma overdose de UnB (risos). Eu costumo dizer que vou fazer pós-doutorado fora daqui, porque é bom você respirar outros ares, outras perspectivas acadêmicas. Mas, enfim, eu tenho um vínculo grande com a UnB, até porque meus três filhos fizeram UnB. Um ainda faz e minha outra filha já está cursando mestrado em Psicologia. Nenhum deles da área do Direito, mas os três estudam ou estudaram aqui.*

Eu costumo dizer que é nossa “Unibê”, porque ninguém fala “UnB”, é “Unibê” (risos). A minha história com a UnB é antiga e, particularmente na Faculdade de Direito, porque aqui eu forjei meu aprendizado. Eu acho legal ter ex-alunos da Faculdade que, depois, possam colaborar com os destinos dela, como professores, membros da direção da faculdade etc. A gente já vê isso entre os atuais profissionais. Muitos professores da Faculdade fizeram doutorado aqui. A primeira turma de doutorado contou com José Geraldo, Olindo, Fredão, Poletti, Ítalo, Alexandre Araújo Costa. Depois contou com outros, como a Bia, eu, o Scotti e o Evandro.

Uma proposta nossa é procurar dialogar; abrir a Universidade para a interação com faculdades de outras federais e estrangeiras. Nós temos um curso de pós-graduação nota 6. Poucos cursos de pós-graduação em Direito no Brasil têm essa

nota. Essa é uma grande conquista deste corpo docente que nós temos. Nosso curso de graduação também, que está sempre bem posicionado no exame da Ordem, assim como nos indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado. Enfim, eu acho que nós temos um curso bom. Tem problemas, até porque as Universidades públicas vivem um momento de grande dificuldade – como toda a economia do país – mas eu penso que nós mantemos o nível de excelência, com um bom corpo docente e uma estrutura material razoável.

Costumo dizer que o que temos de melhor é o nosso aluno. Porque, tanto pelo vestibular quanto pelo PAS e pelo ENEM, tendem a passar os alunos mais aptos e mais bem preparados. Eu penso que o nosso corpo docente é o que nós temos de melhor, o que, principalmente, mas não exclusivamente, responde pela excelência, pelo conceito, que o curso possui.

RED|UnB: Além de Professor da UnB, o senhor agora é Diretor da Faculdade de Direito. Como enxerga esse novo capítulo dessa longa trajetória e como se vê nesse posto? Quais os obstáculos que espera encontrar e o que planeja para ultrapassá-los?

MS: *Eu penso que ter chegado a Diretor é o desfecho de uma história antiga que eu tenho, pois cheguei aqui na Faculdade em 1983. Fui aluno de graduação, de mestrado, de doutorado e entrei como docente da UnB em 2004. Portanto, é o ponto alto de uma relação antiga que eu tenho com a Faculdade e que eu vejo como um desafio. Não existe o sentimento de vaidade, mas sim um senso de responsabilidade, no sentido de que devemos ser capazes de corresponder às expectativas dos colegas docentes, do corpo técnico-administrativo da Faculdade e dos alunos, que fazem o dia-a-dia da Faculdade. Então, estar à altura dessas responsabilidades, procurar dialogar com os diversos segmentos da comunidade acadêmica, eu acho isso imprescindível. Nas questões mais candentes tenho procurado chamar a diretoria do CADir, colocá-la a par e ouvir sua opinião. Os representantes do CADir têm sido protagonistas nas reuniões do Conselho da Faculdade e nas reuniões do Colegiado de*

Graduação. Hoje mesmo nós temos uma reunião: a pauta do Colegiado já foi distribuída previamente e os alunos já vão chegar aqui sabendo o que estará em discussão. Portanto, eles interferem na formação do convencimento da maioria do Colegiado e eu acho isso importante. Diálogo, entende? Fazer uma gestão que seja receptiva; que esteja aberta a ouvir as sugestões de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Eu acho que isso é fundamental.

Agora, os desafios existem. Por que, como eu disse, a Universidade vive diversos gargalos financeiros. Para tanto, nós devemos ter uma voz ativa, mostrando para a administração superior da UnB que somos o curso mais tradicional que a Universidade possui. Ele nasceu quando da criação da UnB, em 1962, e desde o seu início ousou inovar e reformar o ensino do Direito, com nomes como Victor Nunes Leal, Machado Neto, Roberto Lyra Filho. Um curso com 1350 alunos só na graduação e cerca de 300 a 400 na pós; é um curso nota 5. Então, nós temos que nos fazer ouvir, pela importância que a Faculdade tem no contexto da UnB desde o seu nascedouro. A primeira turma de Direito é de 1966, quatro anos depois de fundada a Universidade. Então, é um curso tradicional e, evidentemente, qualquer reitor e qualquer decano deve compreender a importância que nossa Faculdade tem no contexto da Universidade.

Além de conseguir viabilizar recursos junto à administração superior, a gente tem procurado estabelecer um diálogo muito bom com a Alumni, a associação dos ex-alunos. A entidade está com uma diretoria nova, que a vem revitalizando e tem se mostrado muito parceira. Nós temos contado com esse apoio, seja na promoção de eventos, seja na manutenção da estrutura física do prédio e na aquisição de equipamentos. A perspectiva que se avizinha é de conseguirmos realizar algumas obras de mais impacto com essa ajuda. Por exemplo, a mudança do piso, que está bastante deteriorado e mais parece um mosaico da forma em que hoje se encontra (risos). Então, realizaremos essa mudança de todo o piso, obedecendo, claro, aos padrões técnicos da UnB, com monitoramento das instâncias competentes da Universidade, mas com a colaboração da Alumni. Da mesma forma, realizaremos a limpeza de toda a

fachada do prédio, que está muito desgastada e cheia de fungos. Eu acho que nunca houve uma limpeza ou impermeabilização desde que o prédio foi inaugurado no início da década de 80. Então, a nossa ideia é também fazer uma limpeza geral do prédio, do concreto aparente desses brises que são a marca registrada da Faculdade. Há também outras metas, como urbanizar a parte de trás na direção do Pavilhão Anísio Teixeira (PAT). Enfim, é uma gestão que está começando. A professora Gabriela Delgado e eu tomamos posse no dia 26, mas já com algumas coisas em vista.

Quando eu falo da minha trajetória, o que acho fundamental para eu ter assumido a direção é o fato de já ter sido vice-diretor. Ter sido vice-diretor da Faculdade durante quatro anos permitiu que eu conhecesse muito mais os problemas da Faculdade e interagisse com os diversos institutos, faculdades e departamentos da UnB. Minha participação nos conselhos superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Administração (CAD) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) foi muito importante para eu conhecer melhor a Universidade e interagir com dirigentes e professores de outras unidades acadêmicas. Acho que isso foi um aprendizado muito grande que, de certa maneira, me calçou para que eu pudesse assumir a direção da Faculdade. Eu me sinto muito mais a par dos problemas da Faculdade e da Universidade como um todo depois de ter passado pelo cargo de vice-diretor.

RED|UnB: Atualmente, no Brasil, vivemos momentos de alta tensão na sociedade civil e, conseqüentemente, nas discussões atinentes à matéria Constitucional. Qual seria o maior desafio para a estruturação do Estado Democrático de Direito, em sua opinião?

MS: *Eu penso que, passados quase trinta anos da promulgação da Constituição de 1988, nós experimentamos, nos últimos anos, um período de saudável estabilidade democrática, apesar dos percalços e dos impasses político-institucionais pelos quais passamos. Do ponto de vista dos direitos civis e políticos, é um momento singular*

na história brasileira o que vivenciamos de 1985 – com o início da Nova República e o fim do ciclo militar instalado em 1964 – para cá. Acho que os embates que estiveram espelhados na decretação de impeachment da ex-presidenta Dilma são normais na Democracia; essa “queda de braço” existente. Acho também salutar o combate à corrupção e às mazelas crônicas que permeiam a administração pública em todos os seus níveis, e, apesar dos excessos e atropelos cometidos, a Operação Lava Jato tem contribuído para colocar a nú esses esquemas espúrios de financiamento eleitoral e político. A Lava Jato acentuou a necessidade de uma reforma do sistema político-eleitoral, e é inaceitável que nada seja feito visando mudar esse sistema corrompido que caracteriza o nosso “presidencialismo de coalizão”.

Por outro lado, me preocupam as ameaças que pairam contra a Constituição e o bom funcionamento das instituições. Há condutas, tanto por parte da magistratura quanto do Ministério Público e da polícia, que exorbitam o papel institucional que lhes cabe. Muito barulho midiático e estardalhaço, quando o momento exige sobriedade e equilíbrio exatamente para tornar mais legítima a ação desses órgãos e instâncias estatais. Por outro lado, vivenciamos um grave momento institucional no que se refere à retirada de direitos conquistados com a Constituição de 1988. Reformas constitucionais casuísticas, como a da famigerada PEC 241, proposta pelo Governo Temer, pretendem suprimir direitos elementares relacionados à saúde e à educação, e nós, como educadores, não podemos ficar inertes frente a esse tipo de iniciativa. A política de acesso e manutenção da Universidade está ameaçada com essas medidas que, a pretexto de combater a crise econômica, na verdade golpeiam profundamente o ensino superior e a educação como um todo. Ao estabelecer a inflação como critério de correção para as áreas de saúde e educação, e não mais a receita corrente líquida, como na atualidade, a PEC 241 joga por terra os dispositivos constitucionais que garantem um limite mínimo de investimento nessas áreas tão vitais. É inacreditável que se queira engessar a despesa pública por um prazo de 20 anos! Quando se corta gastos, se arrocha salários, se suspende bolsas e concursos, o bom funcionamento da

Universidade fica comprometido e quem perde é a sociedade. O tal ajuste fiscal não pode se dar com a supressão de direitos e de garantias duramente conquistados com a redemocratização.

Os operadores do Direito não podem ser omissos frente a reformas e alterações legislativas que trazem retrocesso. A UnB, com o protagonismo que sempre teve em prol das liberdades públicas, tem, com certeza, um papel a desempenhar nesse debate.

RED|UnB: Em seu doutorado, o senhor realizou uma ampla pesquisa acerca da importância da relação entre a memória e o Direito, acreditando, até mesmo, que essa é um direito fundamental. Sob a égide do contexto brasileiro atual, quais são as suas principais percepções acerca da superação do nosso passado autoritário, bem como da consolidação da Constituição de 1988?

MS: *Nós só podemos garantir a Democracia e evitar os retrocessos se tivermos muito vivo o debate sobre o nosso passado recente. Se olharmos pra trás, os períodos de estabilidade democrática, no Brasil, foram muito pequenos. Por exemplo, depois da independência, nós tivemos a instalação de uma monarquia absolutista, pois o Poder Moderador dava um poder desmedido ao Imperador. Paulo Bonavides diz que, na América Espanhola, os processos de independência fizeram surgir Repúblicas. No Brasil não; o processo de independência fez surgir uma Monarquia com traços absolutistas muito acentuados. Dom Pedro I fechou a Assembleia Nacional Constituinte, vários membros dela foram para o exílio na Europa e ele impôs a Constituição de 1824.*

Depois, tivemos o fim da República Velha e o início da República Nova em 1930, período que marca o surgimento do Brasil moderno. Mas, já em 1937, houve a ditadura do Estado Novo, que vai até o pós-Guerra. Só com a Constituição de 1946 tivemos a conquista das liberdades democráticas. Aí, de novo, essa interrupção ocorre em 1964, com o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. De 1964 até 1985, tivemos um período de exceção, de

retrocesso, de tortura e censura, de proibição de eleições diretas, sucessão de generais no poder, exílio, cassação de direitos políticos etc. Os Atos Institucionais atropelavam a Constituição. A Constituição existia apenas formalmente, pois essa espécie normativa esdrúxula chamada “Ato Institucional” é que prevalecia. O pior momento, como se sabe, se deu com a edição do famosos AI-5, em 1968, que levou ao fechamento do Congresso Nacional, à cassação de inúmeros deputados, senadores e ministros do STF, além da suspensão do habeas corpus para crimes políticos, o incremento da censura etc.

Em 1985, com o fim do ciclo militar, tivemos a retomada das liberdades democráticas. Então, eu penso que isso tudo mostra que nós estamos ainda aprendendo a fazer Democracia, porque o nosso passado, tanto do Brasil Império como do Brasil República, ainda é cheio de quarteladas, golpes e deposições de presidentes. Isso mostra que nós temos uma Democracia ainda incipiente. O objetivo dessa geração de hoje é exatamente resgatar a autoridade da Constituição, ainda mais a Constituição de 1988, que é, de todas, a mais avançada que o Brasil já possuiu. É uma Constituição que tem prós e contras, mas não tenho dúvidas que ela contém mais virtudes do que defeitos, pois é bastante avançada, prospectiva, que aponta caminhos, programas e metas que devem ser perseguidos pelo poder público para que nós possamos ter essa sociedade livre, justa e solidária – o que está previsto nela como sendo um dos fundamentos da República.

Eu penso que a crise econômica que vivemos responde, em grande medida, pela crise política. Na verdade, a crise econômica retroalimenta a crise política e vice-versa. É evidente que se o Governo Dilma não tivesse mergulhado o país na recessão, no ciclo de desemprego e de quebra da indústria que estamos vivendo, dificilmente teria caído, porque o desgaste da base social, parlamentar e política do Governo Dilma se deve, em grande medida, a esse descalabro econômico. Eu acho que várias medidas econômicas colocadas em prática por esse governo, e que seguem com Michel Temer, descumpriram com seus compromissos de campanha, contrariavam o próprio programa de seu partido e isso

levou ao esgarçamento da própria base social da presidenta Dilma. Isso que fez com que ela se tornasse suscetível de sofrer um processo de impeachment, por mais frágeis que fossem os argumentos jurídicos utilizados. Mas, não há como dissociar uma coisa da outra. Um governo forte só existe se a economia vai bem e se tiver aprovação popular. Aí, naturalmente, a tendência é ter uma base de apoio político sólida. Na hora que falta isso, a tendência é realmente haver uma debandada, como ocorreu com os partidos que, mesmo tendo apoiado a reeleição de Dilma Rousseff e sido da base de sustentação dela, não hesitaram em levar adiante esse processo que redundou na sua deposição.

RED|UnB: O grande distanciamento entre a sociedade e a Universidade é um problema frequentemente abordado na discussão quanto ao papel desta. O senhor foi coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), entre 2005 e 2008, bem como versou sobre a possibilidade de um “Novo NPJ” na obra “A prática jurídica na UnB: reconhecer para emancipar”. A partir de sua experiência, como a Faculdade de Direito poderia beneficiar e interagir com a sociedade? E quais seriam as atualizações necessárias para aperfeiçoar o NPJ?

MS: *Uma coisa que devemos procurar reforçar é a prática extensionista na Faculdade. É fundamental que a Universidade esteja em sintonia com o lugar e com o tempo nos quais ela está inserida. Portanto, é fundamental realmente interagir com a sociedade que nos cerca, fazendo com que o conhecimento aqui produzido seja posto a serviço do engrandecimento da cidade, do país e de um mundo mais produtivo. Somos a única Universidade pública do Distrito Federal e, na área jurídica, há muito o que ser feito. Afora o eventual ajuizamento de ações de interesse da coletividade, podemos desenvolver parcerias, consultorias e aconselhamentos com entidades da sociedade civil sobre os mais diversos temas: consumidor, ambiental, proteção da mulher e da velhice, a temática LGBT, a luta do negro etc. Há um vasto campo no qual a questão jurídica pode cumprir um papel de destaque e, nesse processo de interação, seremos capazes de aprender e ensinar ao mesmo tempo.*

Eu penso que nós temos que incrementar essa prática de dialogar com a sociedade na qual a Universidade está inserida e, nesse contexto, o Núcleo de Prática Jurídica tem um papel importante, assim como a Clínica de Direitos Humanos que estamos em vias de implantar. Não só no ponto de vista de ajuizamento de ações individuais, mas também de ter projetos, como o Maria da Penha e o Projeto das Promotoras Legais Populares, que se estende já há mais de dez anos; um projeto vitorioso em que a UnB foi pioneira na implementação no Distrito Federal, em parceria com o Ministério Público, a Promotoria de Defesa da Mulher e algumas ONGs que atuam na questão de gênero.

Nós temos que institucionalizar a extensão, para que ela deixe de ser uma iniciativa isolada de professores e alunos e realmente passe a ser incorporada pela direção da Faculdade como uma atividade institucional, que possa receber apoio tanto do ponto de vista acadêmico como administrativo. Os projetos e as atividades extensionistas devem estar na pauta, na agenda da Faculdade, no sentido de que a direção, a coordenação de graduação e de pós-graduação acompanhem as atividades extensionistas e que elas não ocorram de forma desconexa uma da outra.

O novo projeto político-pedagógico aponta nessa direção. Nós temos enfrentado alguns gargalos para implementá-lo, respondendo a indagações que o Decanato de Graduação tem feito, mas temos que fazer um esforço comum, tanto a direção como os alunos e o corpo docente, para que esse projeto se torne uma realidade. Ele foi objeto de muito debate, de discussões que duraram anos, com um protagonismo muito grande dos alunos na sua elaboração. Então, eu acho importante que a gente possa responder às dúvidas que a administração superior tem sobre a implementação do projeto e torná-lo concreto. Ele é extremamente inovador no contexto nacional, entre os cursos jurídicos do país, não apenas na UnB. Nós temos que arregaçar as mangas e ver se conseguimos implementá-lo, ainda que sua plena efetivação se dê de forma gradual, sem açosamentos, para que inclusive quem já está na Faculdade possa experimentar uma

transição, e não receber de forma abrupta um novo planejamento no que diz respeito aos créditos e às disciplinas que devem ser cursadas.

RED|UnB: O tripé acadêmico já foi exaustivamente discutido, mas gostaríamos de tocar em um dos aspectos que consideramos primordiais: a pesquisa. Como o senhor enxerga esse ponto para a Universidade de Brasília, em especial para a FD?

MS: *No que diz respeito à pesquisa, a Faculdade de Direito tem uma posição de vanguarda. Nós temos um corpo de professores, principalmente os que estão credenciados no programa de pós-graduação, que desenvolve pesquisas que têm muito a ver com a realidade atual do país. Que discutem, em seus grupos de pesquisa, temas muito candentes dessa realidade, com temáticas as mais variadas, colocando em xeque a própria questão da pesquisa jurídica no Brasil, de seu modus faciendi. Nós temos um corpo docente gabaritado, que desenvolve pesquisas muito significativas, de relevo. Isso oferece ao nosso estudante, seja da graduação ou da pós-graduação, oportunidade de dialogar com os temas mais relevantes do constitucionalismo contemporâneo. Inclusive, temos uma interlocução com professores de universidades estrangeiras, que eventualmente vêm aqui e dão cursos de módulo, principalmente na pós-graduação, ou então participam de seminários. Eu acho que isso é fundamental. Eu por exemplo, mesmo estando na direção, vou orientar três PIBICs e acabei agora a orientação de dois PIBITs. Isso tudo mostra que, por mais que você tenha afazeres de ordem administrativa, não pode se descolar da pesquisa acadêmica e da produção intelectual. Nós temos que ter, amanhã, como mestrandos e doutorandos, principalmente alunos que venham da nossa graduação. Os alunos da graduação devem ser estimulados a fazer, depois, o mestrado ou doutorado. Embora seja um aspecto muito salutar que nosso programa de pós-graduação tenha alunos de todas as origens; pessoas que vêm de Estados distantes para morar em Brasília com o único propósito de fazer o nosso mestrado e doutorado. Isso é muito bom e a gente não deve perder esse aspecto que está relacionado à diversidade, ao pluralismo, de receber alunos de todo o país que vêm aqui participar das diversas linhas de pesquisa existentes no nosso*

programa. Mas, o celeiro básico, de onde devem sair nossos futuros mestrandos e doutorandos, a meu ver, é o curso de graduação. O aluno deve ser estimulado a seguir, aqui na Faculdade, nesses novos patamares.

RED|UnB: Na pós-graduação, é mais evidente a atividade da pesquisa; a ideia da revitalização da RED|UnB é reabrir, na FD, a possibilidade da pesquisa aos alunos de graduação. Dessa forma, qual seria, na sua opinião, o papel do graduando na produção acadêmica e de que forma a RED|UnB poderia ajudar nisso?

MS: *Eu acho muito importante publicar. O aluno deve ser estimulado a isso já desde a graduação. Um artigo que você publique como graduando vai compor seu portfólio para o resto da sua vida e vai acrescentar no seu currículo. Então, é fundamental. Eu acho que a Revista é um espaço de reflexão e é importante que os artigos e as resenhas guardem conexão com o que está acontecendo hoje no país, porque nós temos que ter um Direito que esteja a serviço da sociedade. Um Direito transformador, que colabore para que nós possamos ter um aprofundamento da Democracia e da justiça social. O fato de estarmos situados em Brasília permite que a gente possa vivenciar, mais de perto, esses problemas que dizem respeito à realidade político-institucional do país e faz com que sejamos mais protagonistas nesse processo de debate. O Direito tem um papel emancipador que pode ser colocado a serviço da cidadania. Devemos cumprir um papel de vanguarda enquanto curso de Direito para que os grandes temas de interesse da sociedade brasileira, de alguma maneira, perpassem os grupos de pesquisa, as atividades extensionistas e os debates em sala de aula no âmbito da Faculdade.*

RED|UnB: Sua trajetória possui um pano de fundo muito interessante: formou-se em Direito antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e viu, assim, nascer uma nova Constituição, após já ter estudado uma antiga. Além disso, pôde vivenciar diferentes momentos na história do Brasil, que abarcaram vicissitudes no Estado, na economia e na sociedade

civil como um todo. Em síntese, o senhor viu um “novo Brasil” crescer, desenvolver-se e chegar até onde está. Essa última parte não é uma pergunta, mas sim um pedido: gostaríamos que o senhor fizesse uma reflexão sobre como foi ter essa experiência e que proferisse uma breve mensagem aos jovens estudantes de Direito de hoje.

MS: *Eu, antes de decidir seguir carreira acadêmica, fiz muita coisa fora da área acadêmica. Na verdade, a minha opção por seguir a carreira acadêmica foi uma decisão tardia. Eu fiz meu doutorado e fui ser professor em regime de dedicação exclusiva já na minha maturidade, diferente de outros colegas. Valorizo muito o fato de ter desenvolvido outras atividades antes de ingressar na vida universitária, o que me trouxe uma bagagem interessante. Já atuei no Parlamento na condição de parlamentar assim como no Executivo, como secretário de Estado e de município, e essa é uma vivência que me é muito útil, pois quando falo do processo legislativo, por exemplo, falo com conhecimento de causa. Eu vivenciei isso: o processo de feitura das leis, como funcionam as comissões, como se dá o trâmite da lei ordinária, lei complementar, lei delegada, medida provisória, resolução, decreto legislativo, proposta de emenda constitucional. Então, eu tenho essa experiência acumulada que me é muito proveitosa na hora de discutir essas questões, tanto no plano teórico como prático.*

Na Faculdade, participei do movimento estudantil, fui candidato a presidente do CACO, o tradicional centro acadêmico da velha Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ), mas perdi a eleição; se não teria dito que fui presidente do CACO e não é o caso (risos). Também participei de congressos de reconstrução da União Nacional dos Estudantes e da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro no final da década de 70, início dos anos 80. Estive na campanha das Diretas Já, até porque eu trabalhava com o deputado Dante de Oliveira, o redator da emenda das Diretas Já. Nós militávamos na mesma organização política. Quando ele era deputado estadual eu saí do Rio de Janeiro e fui para Cuiabá trabalhar com ele. Em 1982, ele se elegeu deputado federal, e por conta da eleição dele é que fiz

minha mudança para Brasília e retomei meu curso na UnB. Isso fez eu atrasar três anos o meu curso de Direito (risos). Tive, portanto, quando jovem, uma militância política que permitiu que eu acompanhasse a luta pela anistia, por eleições diretas para presidente, por uma Constituinte livre, democrática e soberana, depois com a eleição do Tancredo e a promulgação da Constituição de 1988, que representou o ápice do processo de retomada das liberdades democráticas.

Eu vivenciei muito de perto esses movimentos mais recentes de transformação da vida política brasileira. Isso é bom, pois me permite discutir a Constituição e o constitucionalismo com o pé na realidade. Por isso que eu valorizo o momento que a gente hoje vive, porque eu, como aluno de Direito, estudei pela Constituição de 1967, antes da promulgação da Constituição de 1988, onde não havia liberdade em sala de aula, nos grupos de pesquisa, nos seminários ou simpósios, de externar as opiniões tal qual se faz nos dias de hoje. É importante estar participando. Não só ver o carro da história passar, mas se fazer presente e procurar ser protagonista do processo, por menor que seja esse protagonismo.

Acho muito importante estudar a história constitucional brasileira. Para poder valorizar as conquistas do presente, é fundamental conhecer os gargalos do passado recente. Afinal, do ponto de vista histórico, 1964 foi outro dia. O estudante de Direito entra em contato com a História, a Sociologia e a Filosofia. Por isso que estudamos Sociologia Jurídica, Filosofia do Direito e História do Direito. Portanto, o bacharel em Direito tem uma tendência, que o diferencia dos demais cursos, de ter formação mais plural e diversa, o que é muito positivo, a despeito de uma visão bitolada que alguns possuem de estudar a lei dissociada da realidade social. É essencial entender que o Direito só existe a partir do fato social, como instrumento de transformação social, e não como um emaranhado de normas descoladas da realidade fática.

É importante estudar a história constitucional brasileira, porque toda interpretação jurídica é, em primeiro lugar, uma interpretação

constitucional. É fundamental conhecer a Constituição e, a partir daí, se especializar nessa ou naquela área do mundo jurídico, sem perder de vista a ideia de supremacia constitucional, a ideia de Constituição dirigente, voltada não apenas para o presente, mas também para o futuro, no sentido de que ela aponta programas e metas que devem ser perseguidas, não apenas pelo poder público, mas pela sociedade como um todo. Até porque a Constituição, em última análise, rege a vida do Estado e da sociedade nas suas diversas dimensões. Não por acaso, o coração da Constituição são aquelas normas que asseguram os direitos fundamentais da pessoa humana. Tudo o que a humanidade conseguiu acumular em termo de conquistas e direitos está principalmente elencado nas constituições. Qualquer país democrático consagra um rol de direitos fundamentais que representam a própria evolução do homem e expressa a luta da humanidade por mais liberdade e igualdade, por melhores condições de vida e pela plena realização da personalidade humana.

RED|UnB: Agradecemos sobremaneira ao Prof. Dr. Mamede pela oportunidade e pelas excelentes respostas; essa entrevista possibilitou conhecer um pouco mais da grande figura que é. Auguramos, nessa nova fase, muito sucesso, assim como já conquistado em toda a sua trajetória.

TRABALHOS ACADÊMICOS

